



OLHARES ESCRAVOCRATAS NAS PÁGINAS DE “O MULATO”

Leudjane Michelle Viegas Diniz

Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

Este trabalho problematiza os olhares da elite maranhense representados nas páginas do romance “O Mulato” do maranhense Aluísio Azevedo. A pesquisa para esse artigo, que faz parte, com pequenas alterações, do texto de minha dissertação de mestrado, é fundamentada principalmente nas diferentes representações que podem ser visualizados no romance dependendo da edição estudada, tendo em vista, as significativas alterações feitas pelo autor entre primeira edição escrita e publicada no Maranhão e as edições posteriores.

Palavras-chave: Escravidão, Literatura, Edições, Maranhão.

ABSTRACT

This work problematizes the maranhense elite's eyes represented in the pages of the romance “O Mulato”, by Aluísio de Azevedo. The research for this article, that is part, with little changes, of the text of my final work of Masters, is fundamental mainly in the different representations that can be visualized in the romance and, depending of the edition studied, due to the significant changes made by the author between the first edition written and published in Maranhão and the later editions.

Keywords: Slavery, Literature, Editions, Maranhão.

Introdução

O escravo, seus desejos, costumes e cultura são raramente evidenciados em *O Mulato*, aparecem na trama do romance de forma secundária, apenas mostrando sua relação com o mundo dos brancos. A escravidão é, então, apresentada pelo olhar da elite, através do qual, sob diferentes perspectivas e com variados interesses, o autor dá visibilidade ao sistema escravocrata, criando discursos diferenciados através da ação dos personagens.

A escravidão é representada no romance como um mal social, instituição que coloca o branco em contato com o negro, raça tida como supersticiosa, imoral, inferior. Esse contato teria corrompido as famílias, a moral religiosa, a educação – enfim, significava um empecilho para que o país se tornasse civilizado. Essa é, então, uma problemática apresentada no romance pela ótica da elite, que deveria ser resolvida pela própria elite. Percebemos nesse posicionamento do autor o motivo da pouca ênfase dada aos personagens negros, escravos ou libertos e o destaque dado aos personagens da elite e seus costumes.

Mostrar como o sistema escravocrata cria vícios indelévels no comportamento social e a necessidade de seu término são aspectos abordados na obra. Entender o modo como o autor enfatiza um olhar específico sobre a atuação de diferentes segmentos dessa elite frente à escravidão é o objetivo desse artigo.

Representando as senhoras escravocratas

Em *O mulato*¹, Aluísio exibe um olhar diferenciado sobre a atuação dos distintos segmentos sociais frente à escravidão. O modo como os personagens lidam com essa instituição é percebido também na delimitação de papéis entre os sexos. Na atuação das personagens femininas, é destacada com ênfase a relação entre senhor e escravo na esfera privada; já os personagens masculinos são mais enfatizados nas discussões sobre a problemática da escravidão, num âmbito público e político.

¹ Um aspecto importante a destacar é que trabalho com diferentes edições da obra *O mulato*, e que essas edições apresentam mudanças significativas no trato com a escravidão. A primeira edição, de 1881, apresenta diferenças em relação à segunda edição, de 1889, cujo texto modificado é utilizado nas publicações posteriores. No que tange à escravidão, viés da obra que estamos evidenciando neste estudo, a edição de 1881 apresenta passagens com um posicionamento mais contextualizado do autor em relação ao discurso abolicionista em voga período, muitas das quais foram retiradas da segunda edição. Dentre várias “pequenas” alterações feitas ao longo da obra, a segunda edição exclui cerca de 20 páginas contínuas, situadas na primeira edição entre as páginas 264 e 284 do romance. Nessas páginas, o personagem Raimundo, defensor das idéias positivistas e símbolo do homem moderno no romance, faz críticas à sociedade escravocrata maranhense semelhantes àquelas feitas por Aluísio nos artigos de sua autoria publicados em jornais de São Luís.

Diferentes esferas da sociedade estavam bem delimitadas na obra; as mulheres, por exemplo, pertenciam à esfera privada², responsáveis em gerir a casa, os filhos, os escravos domésticos; os homens pertenciam à esfera pública, os assuntos políticos e intelectuais eram tidos como de seu domínio. Como destaca Elizabeth Abrantes (2004, p.143),

As imagens femininas construídas pela sociedade brasileira ao longo do tempo e que continuam presentes no século XIX, com novas nuances marcadas pelas posturas filosóficas e científicas da época, apresentavam as mulheres como seres amáveis, dóceis, frágeis, inferiores, submissos, sendo essas características “naturais” ao sexo feminino. Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares [...] amparados na idéia de “natureza frágil e débil” da mulher, reforçava-se a tradição de sua vida tutelada pelo homem, seja seu pai, irmão ou marido, que devia garantir-lhe a proteção, o sustento e também a honra.

Esses estereótipos presentes no século XIX foram fortalecidos pelo discurso científico da época, que, mesmo focalizando a importância da mulher para a nação, uma vez que, pelos moldes positivistas, a figura da mãe aparece como principal educadora dos filhos, continuava vendo a mulher como um ser inferior ao homem, logo necessitando de sua tutela.

Sem pretender generalizar o perfil feminino e a atuação dessas diferentes personagens em relação à escravidão, percebemos que, quanto mais distanciadas de características como afetividade, docilidade, fragilidade, típicas do que se esperava da mulher no século XIX, mais essas personagens eram representadas como doentias e cruéis para com os escravos.

O espaço urbano é associado, no romance, à idéia inovadora de civilização, progresso e modernidade: quanto maiores fossem as cidades e quanto mais distantes dos costumes provincianos, mais as pessoas estariam propensas a enfrentar os novos hábitos físicos e morais advindos da onda civilizatória. Em *O mulato*, ambientado num contexto provinciano, Aluísio cria uma São Luís marcada por práticas sociais consideradas típicas de lugares atrasados, onde imperavam a hipocrisia, o preconceito e a falsa moral.

Essa crítica, abordada em diferentes aspectos, fica perceptível na atuação de personagens femininas como Quitéria e Bárbara, personagens utilizadas de forma mais enfática no romance para tecer críticas aos costumes preconceituosos da província. Os comportamentos morais dessas personagens estão ligados aos seus modos de vida, o que evidencia certa oposição entre o viver no ambiente urbano e no rural e a relação do viver nesses ambientes com a atuação feminina frente aos escravos.

² “A representação do lar, da família, em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público / privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como *locus* da realização das potencialidades femininas” (MATOS, 2000, p. 20).

Quitéria Inocência de Freitas Santiago, esposa de José da Silva, mulher rica do interior da província, religiosa e que tinha grande repulsa aos negros, é caracterizada no romance pelo contraste entre sua forte religiosidade e a crueldade que demonstra para com os escravos.

Foi uma fera! A suas mãos, ou por ordem dela, vários escravos sucumbiram ao relho, ao tronco, a fome, á sede e ao ferro em braza. Mas nunca deixou de ser devota, cheia de superstições; tinha uma capela na fazenda onde a escravatura todas as noites com as mãos inchadas pelos bolos ou as costas lanhadas pelo chicote, entoava supplicas á Virgem Santíssima, mãe dos infelizes (AZEVEDO, 1897, p.51).

Em sua obra, Aluísio joga com o limite tênue entre o real e o ficcional, de modo que, ao fazer sua crítica aos costumes provincianos, utiliza-se de casos conhecidos, fator que respalda os aspectos abordados acima, inserindo o romance nas problemáticas vivenciadas pela cidade no âmbito da modernidade. Assim, na primeira edição da obra, por exemplo, a passagem acima citada atingia uma dimensão mais local, ao lembrar o caso polêmico do crime da Baronesa ocorrido na província, que ganhou notoriedade em toda a região alguns anos antes da publicação da obra. O trecho acima citado é apresentado da seguinte maneira na edição de 1881:

Quitéria foi uma mulher má: si existisse hoje conheceria já o banco dos réus, mas naquelles tempos sem responsabilidade, em que o escravo era uma mercadoria portugüesa, o que só servia para faltar a ganancia dos traficantes em prejuízo do Brasil, ella, como muitas senhoras brasileiras dessa epocha, era impudicamente em sua fazenda – o accusador, o juiz e o carrasco. Em suas próprias mãos ou a sua ordem mais de seis escravos succumbiram ao chicote, ao tronco, a fome, a sede e ao ferro em brasa, porém sempre foi devota, cheia de superstições(...) (AZEVEDO, 1881, p.55)

A história de Quitéria segue tecendo uma crítica ao modo como a frágil religiosidade católica, entrelaçada à deficiente educação feminina, fortalecia nas senhoras escravocratas, principalmente aquelas que se encontravam afastadas das cidades e dos olhares do poder público, o sentimento de posse sobre a vida e a morte dos escravos e agregados. A passagem em que Quitéria leva Domingas ao tronco, por desconfiar que o filho da ex-escrava, pela cor da pele e pela ternura com que era tratado em sua fazenda, seria filho de seu marido, é bastante indicativa do requinte de crueldade que a mulher, na visão do autor, poderia atingir, quando educada nos moldes que imperavam no tempo da colonização:

Estendida por terra, com os pés no tronco, cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, completamente nua e com as partes genitais queimadas a ferro em brasa. Ao lado, o filhinho de tres annos

gritava como um possesso, tentando abraçar-a, e, de cada vez que elle se aproximava da mãe, dois negros, a ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejol-o contra a criança. A megera, de pé, horrivel, bebida de colera, ria-se, praguejava obscenidade, uivando nos espasmos flagrantos da cólera. Domingas, quasi morta, gemia, estorcendo-se no chão. O desarranjo de suas palavras e dos seus gestos denunciava já sintomas de loucura. (AZEVEDO, 1897, p.52)

Aluísio defende a idéia de que a educação feminina deveria ser reestruturada, para que a mulher viesse a perder os costumes arcaicos. Para tanto, era necessário abandonar o fanatismo religioso, que, sob a maléfica influência dos padres, corrompia as famílias, para que assim pudessem cumprir o papel social de mãe, enquanto principal educadora dos filhos. Não podemos deixar de enfatizar que as mulheres priorizadas no romance são as da classe abastada, sendo a elas que o autor faz menção.

Esse posicionamento estava em consonância com as idéias positivistas em voga, vigentes num momento em que os intelectuais reorganizavam suas interpretações sobre o futuro da nação e a formação de uma identidade nacional, atribuindo à mulher uma “nova” importância social, o que não impedia que continuassem a ratificar uma visão sacralizante do papel feminino através da literatura.

Tendo em vista que a visão sacralizante está ligada à fixação e recuperação de mitos, a mulher “ideal” representada por esses intelectuais continuava a ser aquela voltada para o espaço privado, cuja função primordial era manter o equilíbrio familiar, cumprindo seu papel de mulher, mãe e esposa, que, pela sua inferioridade moral e mental, continuaria sendo criatura de segunda ordem, sob o jugo da figura masculina.

Ao fazer crítica à educação feminina, o autor, através das falas do personagem Raimundo, tece um discurso semelhante ao que defendia nos artigos de jornal, conforme observamos na passagem abaixo, em que Raimundo, em diálogo com Manuel, faz a seguinte colocação sobre o procedimento que entendia adequado para a criação feminina. Segundo ele, os pais deviam

Dar-lhe esse bella educação moderna, que se basea nas sciencias positivistas e tem por alvo a felicidade commum dos povos. O senhor deveria ter muito em conta que sua filha não saísse pretenciosa, fútil, romantica e doentia, como o geral das senhoras maranhenses – devia preparal-a para saber estudar a si mesma e conhecer phisiologicamente a sua constituição medica – com o que ella não se casaria como por ahi brutalmente fazem, sem estar o organismo completamente desenvolvido e o coração habilitado para comprehender seus direitos de esposa e reconhecer seus deveres sagrados de mãe – preparal-a finalmente para boa dona de casa aceiada, intelligente, forte, com o gosto cultivado, o corpo desenvolvido e o caracter accentuado, capaz de educar homens úteis, sábios e bons e não paspalhões tolos,

rachíticos e religiosos como temos até hoje –sujeitos que, desde a escola só aspiram á cartinha de doutor e não se habituam a ganhar a vida de outro modo, porque a tola mamãe habituou-se a se envergonhar de qualquer trabalho braçal (AZEVEDO, 1881, p. 268-269).

Nessa citação, observa-se o modo como a literatura naturalista, baseada nos preceitos científicos vigentes na época, cria todo um perfil do que deveria ser o comportamento adequado da mulher para que os homens viessem a gerir a nação de forma adequada. Assim, é dado no romance todo um destaque às personagens femininas, pois, se a mulher era responsável, na visão do autor, pela educação dos filhos, seria essa educação que conscientizaria esses indivíduos da necessidade de uma sociedade de base republicana e anti-escravocrata. Logo, associar os maus tratos aos escravos, focalizando-os na atuação de personagens femininas, foi uma estratégia usada pelo autor para chamar atenção da necessidade da educação positivista, para que, pensando-se num futuro construído em outras bases, fossem deixados para trás costumes advindos da herança colonial, como os maus tratos aos escravos.

Maria Bárbara, avó de Ana Rosa, mulher criada na fazenda, que veio residir na cidade já em idade avançada, após a morte de sua filha Mariana, com intuito de educar a neta e tomar conta da casa de Manuel, é também um exemplo emblemático na obra. Através de sua história, observamos o modo como Aluísio contrasta costumes rurais e urbanos presentes nas mulheres escravocratas maranhenses. Ao descrever essa personagem, destaca que

Maria Barbosa (sic) tinha o verdadeiro typo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrupulos de sangue. Quando fallava nos pretos dizia “os sujos” e, quando se referia a um mulato, dizia “O cabra”. Sempre fôra assim e, como devota, não havia outra. Em Alcântara tivera uma cappela de santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar ahí todas as noites, em côro, de braços abertos, ás vezes algemados (AZEVEDO, 1897, p.15).

A obra *O mulato* também faz críticas aos costumes urbanos dos ditos “atenienses”. Assim, não queremos mostrar com nossa abordagem que o autor cria uma imagem do interior da província como espaço arcaico, em contraposição à cidade de São Luís como um espaço refinado, moderno e idealizado. Porém, percebemos estar presente na obra a idéia de que, quanto menor o lugar e mais distante da civilização – cujo símbolo maior seriam as cidades européias e, no âmbito do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro –, mais propensas as pessoas estariam a práticas sociais antiquadas. Daí o autor fazer uso da figura feminina de origem rural e seus maus tratos aos escravos como símbolo do atraso e modelo de práticas arcaicas,

uma vez que a mulher, por si só, simbolizava, já no século XIX, “fraqueza”, “fragilidade”, “debilidade”, apresentando essas características ainda mais aguçadas quando se tratava da mulher rural, educada longe do contexto urbano e dos avanços da civilização.

Dunshee de Abranches, maranhense, contemporâneo, amigo de Aluísio Azevedo e, assim como este, pertencente à chamada segunda geração de intelectuais maranhenses, ao escrever sobre o comportamento de algumas mulheres da alta sociedade de São Luís, em seu livro de memórias *O cativo*, faz questão de enfatizar que,

Nascidas e criadas por gente viciosa, sem a menor educação religiosa e moral, acabaram casando com homens de posição e vindo para a capital, onde quase todas não perderam os hábitos adquiridos no meio das senzalas e das abusões fetichistas (ABRANCHES, 1995, p.32).

A mulher é apresentada como um ser ambíguo: ao mesmo tempo em que é vista como um “anjo” de bondade e submissão, é também interpretada como um “demônio”. Em *O mulato*, a figura feminina, quanto mais distante da vivência pregada pelos preceitos positivistas de uma educação moral e intelectual, mais propensa estaria a ser afetada pelos males da escravidão, bem como sujeita a praticar atos de crueldade em relação aos cativos, aspectos que não seriam vistos como atitudes condizentes às mulheres que recebessem uma educação moderna.

Mesmo tendo o romance naturalista evidenciado a importância da mulher, como afirma Graciela Bresch (2005, p.40) – esse é o “instante em que a mulher exerce o papel de mãe educadora dos futuros membros do país, ela demanda mais cuidado e respeito, o que claramente não se traduz em liberdade e igualdade social” –, a figura feminina continuou sem poder de decisão, sendo os homens os gestores da esfera pública.

Personagens masculinas em romance

As personagens masculinas de *O mulato* eram aquelas que geriam a esfera pública, os assuntos políticos e intelectuais estariam sob seu comando e a eles cabiam as tomadas de decisão. Essas personagens constituiriam, no romance, o centro irradiador das idéias que influenciavam práticas sociais. Logo, percebemos a discussão sobre o sistema escravocrata, suas possíveis resistências e críticas perpassando principalmente as falas dos homens da elite ao longo do romance.

A crítica à escravidão enquanto sistema que corrompia a sociedade, criando práticas cotidianas desumanas, como os maus tratos aos escravos e preconceitos arraigados contra

qualquer pessoa que tivesse alguma ligação sanguínea com negros, é perceptível no texto de Aluísio, independentemente da edição lida e estudada. Observamos, porém, que, na primeira edição, a crítica à escravidão se apresenta de forma mais enfática e polêmica, com uma ligação mais próxima ao discurso abolicionista de fins do século XIX.

Nas páginas excluídas da segunda edição, há um diálogo entre Manuel e Raimundo que expressa o posicionamento diverso e polêmico sobre a escravidão e a abolição existente naquele momento. Manuel, porta-voz das elites tradicionais, apoiava-se no governo imperial e nos preceitos católicos para defender interesses dos senhores escravocratas; já Raimundo se apresentava como porta-voz de idéias republicanas e abolicionistas.

Manuel Pescada, próspero comerciante de São Luís residente na Rua da Estrela, local de intenso movimento comercial e de morada da elite comercial da cidade, enriquecera principalmente após a morte de seu irmão José da Silva, pai de Raimundo, possivelmente por ser ele responsável por administrar os bens de seu sobrinho até que este atingisse a maioridade. Figura fortemente influenciada pelo cônego Diogo, aparenta fragilidade na defesa de seus posicionamentos, conforme observamos na passagem abaixo:

O conego, despertou.

- Padre?!

Era a vontade do José...

Ora, deixe-se disso! retrucou Diogo, levantando-se com impeto. – Nós já temos por ahi muito padre de côr!

- Mas compadre, venha cá, não é isso...

Ora o que, homem de Deus, E' só ser padre! Ser padre! E no fim de contas estão se vendo, as duas por três, superiores mais negros que as nossas cozinheiras![...] o governo deveria proibir aos cabras certos mistéres.

[...] Não diga asneiras! Pois você queria ver sua filha confessada, casada por um negro? Você queria, seu Manuel, que a dona Anica beijasse a mão de um filho da Domingas? Se você viesse a ter netos queria que eles apanhassem palmatoadas de um professor mais negro que esta batina? Ora, seu compadre, você as vezes até me parece tolo! Manuel abaixou a cabeça, derrotado (AZEVEDO, 1997, p. 31).

Manuel possuía escravos e entendia a escravidão como prática lícita. Para ele, “o que é verdade é que a escravatura é autorizada por lei”, logo, não seria passível de discussão. O escravo era uma propriedade como outra qualquer, além do mais, também defendia que o “serviço da lavoura, cá pelo norte pelo menos, é só possível ao negro” (AZEVEDO, 1881, 282).

Na segunda metade do século XIX, observou-se uma mudança do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste, com destaque para a cultura cafeeira do Sudeste, o que contribuiu para a entrada de imigrantes, bem como para acentuar o tráfico interprovincial de escravos, principalmente num momento de crise da escravidão. Assim, a mão-de-obra escrava

representava uma das poucas “tábuas de salvação” dos escravocratas do Norte, que, à beira da falência, encontravam na venda de seus escravos para o Sul uma forma de camuflar a crise.

Tendo em vista a crise das plantações do Nordeste nesse período, como foi o caso da cultura algodoeira no Maranhão³, muitos escravocratas dessa região temiam mais ainda pela abolição da escravatura, principalmente se esta viesse a ser realizada sem indenizações, pois, não podendo contratar imigrantes, tendo nos escravos uma de suas poucas fontes de renda, a abolição apressaria, na visão dos escravocratas, o processo de falência que já estava em andamento.

O personagem Manuel representa os interesses dessa elite tradicional que, mesmo fazendo críticas ao trabalho escravo, como sendo um serviço de péssima qualidade, que degradava moralmente a família, não abria mão da escravidão. Raimundo, por sua vez, é o personagem usado para tecer uma crítica embasada em idéias do movimento abolicionista, crítica essa que, apesar de não ser muito evidenciada ao longo da obra, fica mais aparente nas passagens existentes na primeira edição de *O mulato*.

Aluísio defende a tese da educação moderna como mecanismo possível de mudança social. Daí ressaltar a importância da educação feminina e trazer como porta-voz dessas idéias o personagem Raimundo, “homem miltrado”, como dizia o cômico Diogo, alguém que estudou em Coimbra, conhecia quase toda a Europa, possuidor de hábitos requintados e que, ao chegar à sua “provinciazinha”, tinha respaldo para defender essas idéias modernas. Para Raimundo, o não investimento na educação seria uma estratégia do governo, com apoio da Igreja, para melhor exercer a manipulação social. Em diálogo com Manuel, argumenta que o governo deveria

Impor a escola como lei, multa aos infratores e prisão no caso de renitência!
Mas é que ao governo não convém isso!

- Porque?

- Por uma razão muito simples – porque á forma do governo que nos rege não convém a verdadeira instrução das classes baixas. Onde iria parar a metafísica e o mysticismo de nossa constituição, si não fosse a ignorancia e o mysticismo do povo? Creia, senhor Manuel, que, no dia em que o povo conhecer seus direitos e seu valor, baqueia com todas as nossas velhas instituições catholicas e absurda, mas por enquanto... (AZEVEDO, 1881, p. 275-276)

Nessa concepção, monarquia, Igreja e escravidão representam, no romance, instituições que fortaleciam a ignorância da nação, estando a luta pela abolição intimamente ligada a uma nova postura frente ao modo de governar. A escravidão é entendida como um

³ Ver: RIBEIRO (1990).

erro dos tempos da colonização portuguesa, constituindo-se, desde então, enquanto crime, um roubo contra a liberdade do homem. Desse modo, Raimundo questionava: “O senhor não considera um roubo escravizar um homem? Não acha pelo menos que o ladrão que levasse sua carteira era menos criminoso do que o que levasse sua liberdade?” (AZEVEDO, 1881, 280).

A idéia da escravidão como crime era divulgada pelo movimento abolicionista, que, a partir da segunda metade do século XIX, principalmente nas décadas de 1870 e 1880, ganha maior propagação, em especial nas capitais brasileiras. Destacam-se, nesse momento, nomes como o do abolicionista Joaquim Nabuco⁴; em seus livros, encontramos posicionamentos sobre a escravidão muito parecidos com os defendidos em *O mulato*. No livro *A escravidão*, escrito por Nabuco por volta de 1870 e publicado incompleto postumamente pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, no ano de 1949, o referido autor expõe o seguinte argumento: “A ocupação do homem pelo homem chama-se pirataria, despotismo, escravidão, assassinato: não se chama propriedade [...] Temos, portanto, uma propriedade baseada em um crime, e essa posse criminosa por uma prescrição legal muito rápida convertida em domínio” (NABUCO, 1988, p.34).

O sistema escravocrata era criticado em suas bases: questionava-se o direito à propriedade escrava. Nabuco entendia que, nesse caso, existiam dois aspectos em discussão: se a escravidão era legalmente aceita pelo Estado, logo era o Estado que teria de prestar contas aos senhores; por outro lado, não era em razão dessa suposta legalidade que a propriedade escrava deixaria de ser um crime, pois violava o direito natural do homem à liberdade (NABUCO, 1988, p.35).

Nabuco era considerado um abolicionista moderado, favorável à abolição, defendendo suas idéias no parlamento, dirigindo-se aos senhores, pois não acreditava que os escravos pudessem interferir diretamente no processo abolicionista. Para ele, essa era uma decisão que cabia à elite resolver. Emília Viotti da Costa (2001, p.74) destaca que abolicionistas como Luiz Gama⁵ chegaram a defender opiniões mais ortodoxas para a época; segundo a autora,

⁴ Joaquim Nabuco nasceu em Recife, em 1843. Pertencente à elite local, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo onde participou ativamente de mobilizações favoráveis à abolição. Foi eleito para o parlamento, onde continuou a lutar pela causa abolicionista.

⁵ Luiz Gonzaga Pinto Gama nasceu em 1830 na cidade de Salvador, filho da negra livre Luíza Mahin com um fidalgo baiano. Vendido ilegalmente como escravo pelo pai, conseguiu provas dessa ilegalidade apenas aos 18 anos, quando conquistou sua liberdade. Lutou em diferentes frentes contra a escravidão, foi advogado provisionado, jornalista e escritor de poemas como os publicados no livro **Primeiras trovas burlescas de Getulino**. Como destaca Elciene Azevedo (1998), nesses poemas Gama faz uma denúncia contra a discriminação racial e não deixa de abordar o fato de ter sido escravo, fazendo uma crítica inclusive ao próprio “mundo letrado”, em que muitos julgavam o valor literário pelo critério racial e não pelo estético (AZEVEDO, Elciene. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (org.), 1998, p. 149).

Gama, “já em 1870, argumentava, em defesa de um escravo que mata o senhor, o mata em legítima defesa”. Esse posicionamento também é perceptível nos questionamentos levantados no livro de Aluísio, como a seguinte fala de Raimundo:

E será razoável condenar um escravo por ter matado o senhor? Ainda mesmo que esse escravo estivesse no seu juízo perfeito? Para que o escravizaram? Para que fizeram de um homem uma besta? As bestas feras não são responsáveis pelos seus actos! E demais, na minha fraca opinião, foi um crime por crime – um escravizou, o outro matou – ficamos quites! (AZEVEDO, 1881, p.277)

Raimundo chegava, em alguns momentos, a incentivar que os escravos revidassem fisicamente aos maus tratos sofridos, com o objetivo de dar uma lição no governo, por este não acabar com a escravidão:

Quer que lhe diga com franqueza qual é a minha opinião a esse respeito e quais seriam os conselhos que daria a um escravo?! Não seja tolo! – quando o homem que se diz teu senhor, for-te ao pello, responde-lhe com uma bofetada e cospe-lhe nas ventas [...] – faze o que fez o escravo do João Homem – enterra-lhe dous palmos de ferro na barriga. Mata-o! (AZEVEDO, 1881, p.277).

Essas idéias, apontadas num momento específico do romance, não são abordadas na obra como um todo. *O mulato* pouco mostra a reação dos escravos aos maus tratos. Evidencia, sim, o significado desse comportamento para as senhoras e os senhores pertencentes à elite escravocrata. Assim, através desse posicionamento, Raimundo não estava defendendo uma revolução de escravos; pelo contrário, acreditava que essas atitudes isoladas chamariam a atenção do governo para tomar algum posicionamento quanto à questão ou, pelo menos, que, enquanto não fosse abolida a escravidão, medidas alternativas fossem tomadas para minimizar problemas advindos da escravidão. Propunha, então:

Quanto não se pudesse fazer a independência logo, decretassem-se leis enérgicas, que ampliassem mais a do ventre livre, por exemplo – remeter logo os negros africanos para a pátria – isso seria justiça; decretar que ficava livre todo e qualquer escravo por morte de senhor; não consentir vendas, nem trocas, nem herança, forçadas ou indirectas, de escravos, etc., etc. – isto si não é legal, era ao menos justo!... (AZEVEDO, 1881, p.282-283).

Nas falas de personagens como Raimundo e Manuel, dentre outros, Aluísio dá visibilidade à discussão em torno da escravidão e da abolição presentes na época em que publica a obra. Observamos que, na primeira edição, conforme destacamos em passagens acima citadas, o romance é mais enfático na crítica à escravidão e entendemos que, nas páginas suprimidas, há um discurso mais combativo e engajado do autor em relação à

escravidão.

Essas passagens se situam também num momento estratégico da obra: aparecem quando Raimundo, mesmo sem saber, entra em contato com suas origens, ocasião em que conhece o lugar em que nasceu e encontra sua mãe. O momento posterior é aquele em que Raimundo pede a mão de Ana Rosa em casamento e, finalmente, fica sabendo de sua origem escrava devido à negativa do pedido vinda de seu tio Manuel. Este justificava que não poderia casar sua filha com um homem “de cor”, motivo de vergonha para sua família e de não aceitação social. Essas passagens ocorrem num ponto central do desenrolar da trama e, em nossa leitura, fortalecem a crítica à escravidão presente na obra. Também entendo que o fato de o autor usar a figura de Raimundo, um mestiço que, apesar de estudado, é discriminado socialmente, não pela cor em si, mas por sua origem, insere as personagens numa problemática que estava sendo ponto central nas discussões científicas e literárias do século XIX – a questão da influência da mestiçagem na constituição da nação.

Considerações finais

Esse artigo analisou representações da elite escravocrata dadas a ler no romance “O Mulato”, no contexto da sociedade maranhense de fins do período oitocentista. Nessa época, tal sociedade, ainda muito atrelada ao trabalho escravo, começa a discutir, de forma mais enfática, a escravidão e a mestiçagem, bem como sua relação com o futuro da nação. Assim, através do romance busquei problematizar o modo como Aluísio Azevedo representa a escravidão e, conseqüentemente, os sujeitos participantes dessa instituição na linguagem romanesca.

Referências

- ABRANCHES, Dunshee de. **O cativo**: memórias. 2. ed. São Luís: Alumar, 1992.
- ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís (século XIX). In: COSTA, Wagner Cabral (org.). **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004, p. 143-173.
- AZEVEDO, Aluizio. **O mulato**. 1. ed. Maranhão: Typografia do Paiz, 1881.
- _____. **O mulato**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier, [1897].
- AZEVEDO, Elciene. "Lá vai verso!": Luiz Gama e As primeiras trovas burlescas de Getulino. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (org.). **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 145-165.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. 2000. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Assis, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Global, 2001.
- DRESCH, Graciela. **A representação da identidade nacional em figuras femininas de Aluísio Azevedo**. 2005. 105f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.
- FANINE, Angela Maria Rubel. **Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo**: aventuras periféricas. 2003. 340f. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: EDUSC, 2000.
- MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo, vida e obra**: 1857-1915. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo / Banco Sudameris-Brasil; Brasília: INL, 1988.
- MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Recife: FUNDAJ / Ed. Massangana, 1988.
- RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão 1850-1888**. São Luís: SIOGE, 1990.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed.

Universidade de Brasília, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.